

RELATÓRIO

“II SEMINÁRIO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL: desafios para avaliação de políticas e projetos sociais no município de Campinas”

O II Seminário da Vigilância Socioassistencial, cujo tema principal versou sobre os desafios para avaliação de políticas e projetos sociais no município de Campinas, foi organizado pela Prefeitura Municipal de Campinas, por meio da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social (SMCAIS), e pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEXT) da PUC-Campinas. Pelo segundo ano consecutivo, ambas as instituições reafirmaram o compromisso de debater as multicausalidades presentes no fazer cotidiano das Políticas Sociais.

A segunda edição deste Seminário pretendeu oferecer oportunidades para cerca de 300 agentes, a saber, profissionais das políticas públicas, professores e alunos, pudessem trocar experiências e reflexões sobre os desafios para avaliação das ações realizadas. As perguntas norteadoras do evento foram: de que maneira é possível sistematizar experiências envolvidas na execução de projetos e políticas sociais? Como diagnosticar o impacto, a transformação e o legado dessas ações junto à população? Como estabelecer mecanismos de aferição que não sejam alheios aos contextos e as vivências das pessoas nos diferentes territórios?

Sem ter a pretensão de oferecer respostas conclusivas para estas indagações, o formato do II Seminário da Vigilância Socioassistencial privilegiou discussões sobre estas temáticas em dois momentos.

No período da manhã, uma abordagem de caráter mais geral sobre a Avaliação de Políticas e Projetos Sociais com a palestra de abertura do Prof. Dr. Paulo de Martino Jannuzzi, Professor do Programa de Pós-Graduação em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) do IBGE e professor colaborador da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), ex-docente da PUC-Campinas, intitulada “Avaliação de Programas e Projetos Sociais: uma introdução” (acesse o link <https://smcais-vis.campinas.sp.gov.br/publicacoes>). Em sua exposição, Januzzi apresentou uma breve contextualização das economias políticas dos Estados de Bem Estar Social, destacando seus compromissos históricos em assegurar patamares civilizados de direitos sociais e de proteção aos riscos. Destacou também a importância de se formular e implementar políticas sociais considerando as mudanças demográficas e as novas composições familiares. No tocante às avaliações

sociais, Januzzi apontou como relevante a produção, disseminação e apropriação de um volume considerável de informação e conhecimento a partir de: a) levantamento de demandas sociais; b) diagnósticos de Públicos-Alvo; c) prospecção de experiências e desenho de programas; d) avaliações de implementação de ações de programas; e) avaliações de resultados e impactos e f) estudos de custo-efetividade. Ressaltou que as práticas de avaliação devem considerar não somente resultados e impactos, mas também dimensionamento e entendimento dos determinantes de problemas sociais, dimensionamento e caracterização de públicos-alvo de possíveis programas, as dificuldades de desenvolvimento de determinadas atividades previstas na implementação de um programa e análise dos resultados, efeitos mais abrangentes e custos. Propôs uma abordagem sistêmica de avaliação de Programas e Projetos Sociais que levem em conta a organização institucional, participação e controle social, equipamentos e instrumentos de gestão, serviços e programas, recursos humanos e recursos orçamentários. Ao final, sintetizou:

“Pior que não dispor de uma avaliação, é ter um estudo mal especificado, mal conduzido, orientado segundo premissas equivocadas, pior ainda se conduzido por equipes ou instituições externas reconhecidas. Não geram conhecimento para aprimoramento, mas ruído e factóides que conspiram contra o mesmo, levando muitas vezes a decisões políticas equivocadas sobre o programa, sobretudo em ambientes pouco propícios ao debate amplo, técnico e plural.” (JANUZZI, 2016)¹

No período da tarde, professores que desenvolvem Projetos de Extensão na Universidade juntamente com gestores e profissionais da Prefeitura Municipal de Campinas debateram sobre os desafios da avaliação de projetos e políticas sociais a partir de quatro eixos, definidos em comum acordo: território, mulheres, juventude e patrimônio.

Sessão Temática 1: Métodos para conhecimento do território

A Cartografia Social como técnica participativa e instrumento de gestão do território

Profa. Dra. Vera Lúcia dos Santos Plácido (Faculdade de Geografia – PUC-Campinas)

Processo de construção do Relatório de Informações Sociais

Isadora Marchesini (Vigilância Socioassistencial- Prefeitura Municipal de Campinas)

¹ JANUZZI, Paulo. II Seminário de Vigilância Socioassistencial: desafios para avaliação de políticas e projetos sociais no município de Campinas. PUC-Campinas, 2016.

Debatedores:

Fábio Custódio (Departamento de Cidadania - Prefeitura Municipal de Campinas)

Profa. Dra. Cristiane Feltre (Faculdade de Administração - PUC-Campinas)

Vera Plácido iniciou a sua fala destacando que a Cartografia sempre acompanhou a evolução da ciência geográfica e, como tal, constitui-se em diferentes sistemas de análise técnica do território. A comunicação cartográfica de acordo com os pressupostos da Cartografia Social requer o envolvimento das pessoas e do coletivo, ou seja, é a comunidade no seu envolvimento quem dirá ao técnico como o seu lugar viabiliza-se na rede geográfica. Esta proximidade com a população requer do pesquisador, do técnico, do extensionista, mais que conhecimento, mas uma dose de humanismo e sensibilidade para respeitar o “tempo” e o “ritmo” do lugar vivido que, nem sempre, coincide com os tempos institucionais. Abrem-se aqui novas perspectivas que ampliam a tomada do território. Nesse sentido a expositora chamou a atenção para nos atentarmos para o território também como identidade.

Em seguida, Isadora Marchesini apresentou os processos de elaboração do Relatório de Informações Sociais, realizado pela área de Vigilância Socioassistencial, com objetivo de levantar informações junto às bases de dados existentes e apresentá-los de forma agregada nas diferentes regiões do município de Campinas. Têm-se, assim, informações qualificadas para a compreensão do território e de suas contradições sociais e econômicas.

Em relação ao debate, foi destacado que, apesar dos esforços em considerar as múltiplas territorialidades no exercício das políticas sociais, ainda se enfrentam muitas adversidades para sua efetivação, tais como, o descompasso entre o planejamento dos programas sociais e a realidade local. Para o público presente, a percepção de quem está no território é muito diferente daquela de quem está pensando a cidade enquanto produto. Nesse sentido, a cidade se apresenta enquanto processo e, como tal, todos os agentes sociais precisam ser considerados no âmbito da gestão. Em suma, os participantes debateram a questão das escalas territoriais e a sua importância para o trabalho diário da assistência social.

Sessão Temática 2: MULHERES E POLÍTICAS PÚBLICAS

Desamparo e provisoriedade em condições irregulares de habitação: desafios para o enfrentamento da violação de direitos.



Profa. Dra. Stela Cristina de Godoi (Faculdade de Ciências Sociais – PUC-Campinas)

Mulheres: análises a partir dos cadastros sociais

Gisleide Abreu (Vigilância Socioassistencial - Prefeitura Municipal de Campinas)

Debatedores:

Elza Frattini Montali (Centro de Apoio à Mulher Operosa / CEAMO e Coordenadoria da Mulher - Prefeitura Municipal de Campinas)

Profa. Dra. Mônica Gobitta (Faculdade de Psicologia - PUC-Campinas)

Gisleide Abreu destacou que a Assistência Social tem como objetivos a proteção social, a vigilância social e a defesa dos direitos. Especificamente com relação à Vigilância Socioassistencial, ao lidar com dados, busca produzir, sistematizar e organizar informações que possam ser analisadas no território, avaliando riscos e vulnerabilidades sociais que indicam a demanda pelos serviços de assistência social. Os serviços são oferecidos nos territórios pela rede socioassistencial atendendo demandas da proteção social básica e especial. Foram apresentadas informações relativas aos programas sociais que priorizam a presença das mulheres, tais como o Programa Bolsa Família e Programa Minha Casa Minha Vida. O desafio para a Vigilância Socioassistencial é estabelecer diálogos entre as informações obtidas a partir dos cadastros e as demandas dos grupos sociais, especialmente, as mulheres.

No contexto do projeto de extensão coordenado pela Stella Godoi, a docente relatou como as mulheres da ocupação urbana Joana D'arc percebem a presença das políticas públicas. O projeto visou desenvolver relações associativas entre mulheres que moravam próximas, mas que não tinham convívio. A partir disso, surgiu no ano de 2016 o “Grupo das Joanas” com o objetivo de desenvolver atividades de artesanato que também contemplem discussões políticas e geração de renda. As participantes do Grupo das Joanas compartilham sentimento de indignação e de inconformismo com a opressão, ou seja, buscam a “desnaturalização” da violência e a negação da opressão como algo rotineiro. Muitas das mulheres (com a ressalva de que algumas são recém-chegadas à cidade ou ao bairro) não conhecem os serviços de assistência social ou encontram dificuldades para acessá-los, gerando sentimento de desamparo.

O debate foi pautado por algumas problematizações entre as quais, a falta de atenção específica das redes de atendimento para mulheres e LGBT. Dentre as discussões algumas propostas surgiram no sentido de: a) fortalecer o atendimento às

minorias e/ou movimentos sociais; b) aumentar a presença dos serviços no território e c) melhorar a transversalidade da atuação das políticas públicas.

Sessão Temática 3: JUVENTUDE E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Indicadores de desempenho em projetos de extensão: discursos nas redes sociais digitais como mobilizadores pela causa da juventude e da mulher marginalizada

Prof. Me. Fabiano Ormanzeze (Faculdade de Jornalismo – PUC-Campinas)

Contexto social dos jovens em Campinas

Márcia Pantaleão (Vigilância Socioassistencial- Prefeitura Municipal de Campinas)

Debatedores:

Felipe Gonçalves (Coordenadoria da Juventude - Prefeitura Municipal de Campinas)

Profa. Dra. Maria Virgínia Righetti Fernandes Camilo (Faculdade de Serviço Social - PUC-Campinas)

A primeira apresentação, realizada por Márcia Pantaleão, apresentou um conjunto de dados sobre a realidade dos jovens em Campinas com destaque para o público jovem atendido pelos serviços da assistência social. As informações tiveram como fonte o Censo Demográfico e o Cadastro Único para Programas Sociais. Para finalizar, foi apontada a necessidade de avançar na coleta de dados para construir o mapa da juventude/vulnerabilidade no município de Campinas (SP).

Fabiano Ormanzeze destacou em seu projeto com jovens atendidos pelo CEPROMM (Centro de Promoção para Mundo Melhor), no Jardim Itatinga, resultados das atividades de extensão, especialmente, produções de mídias realizadas com o grupo, tais como, web documentário, site, Fanpage e blog. O projeto se apoia em dois pilares Estigma/Estima e visa o fortalecimento das identidades destes jovens. Para exemplificar o método utilizado, o professor relatou o caso da análise de uma reportagem sobre o bairro, exibida num programa de televisão de circulação nacional (Custe o Que Custar CQC – TV Bandeirantes). A roda de conversa com os jovens mostrou o quanto, na avaliação deles, a referida matéria teve claramente o objetivo de estigmatizar o bairro. Numa das falas concluem de maneira brilhante, questionando: “que zona é essa, gente? Zona é o que fazem com a gente!”.

A partir das apresentações acima, alguns pontos foram levantados pelo público presente. As exposições foram complementares: o CadÚnico mostrou a extrema

pobreza e o projeto de extensão mostrou um elemento qualitativo, o caminho necessário de desconstruir mitos e preconceitos que envolvem a sociedade. Em especial, o combate ao poder de convencimento da mídia em gerar preconceitos contra bairros, população, programas sociais etc. Discutiu-se sobre os desafios de não apenas considerar o CadÚnico e também atrair o jovem, manter a oferta de serviços e acompanhar seus interesses. Foi mencionado que o Conselho da juventude está sendo estruturado e há apontamentos feitos ao orçamento cidadão cujo principal objetivo é estruturar o mapa da juventude.

Sessão Temática 4: PATRIMÔNIOS CULTURAIS NAS VIVÊNCIAS DO TERRITÓRIO

A diversidade religiosa na escola: o estudo de público como estratégia para formulação de ações de combate à discriminação e intolerância religiosa.

Prof. Dr. Fábio Augusto Morales Soares (Faculdade de História – PUC-Campinas)

Apresentação da Vigilância Socioassistencial: Informações sociais e diálogos com as expressões culturais territoriais

Beth Rossin (Vigilância Socioassistencial - Prefeitura Municipal de Campinas)

Debatedores:

Raquel Aline Mazzi Batista (Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle Prefeitura Municipal de Campinas)

Prof. Dr. Fernando Luís do Nascimento (Faculdade de Filosofia – PUC-Campinas)

A apresentação de Beth Rossin destacou a principal função da Vigilância Socioassistencial: produzir, sistematizar e analisar informações territorializadas. Também ressaltou outras demandas atendidas, como a de diagnosticar potencialidades, capacidades, riscos e vulnerabilidades encontradas no território. Foram apresentados dados sobre diferentes vulnerabilidades e características das famílias domiciliadas no município, tais como o de “povos e comunidades tradicionais” e o de “grupos em situações conjunturais”. A exposição encerrou-se com uma questão: onde estão e quais são os patrimônios culturais de Campinas?

São várias possibilidades de resposta para esta indagação. Uma delas foi sugerida pelo Fabio Soares, que apresentou mapeamento digital dos lugares da religião

na cidade, demonstrando a espacialização do sincretismo no território campineiro. Este levantamento objetiva oferecer informações para o combate da intolerância religiosa. Uma destas estratégias foi apresentar semelhanças e diferenças, mitos e verdades, entre as religiões, ou, nas palavras do professor: “Estranhar o que é familiar e se familiarizar com o que é inicialmente estranho”.

As contribuições dos participantes foram vinculadas principalmente à reflexão da importância da religiosidade como dado fundamental para a compreensão das diferentes territorialidades existentes no espaço urbano. Ao final da sessão, como resultado das apresentações e dos debates subsequentes, foram apontadas duas considerações: a) importância da ampliação do olhar e do próprio cadastro para povos e comunidades tradicionais e das diferentes manifestações religiosas para a interpretação e compreensão dos territórios e; b) o valor da vivência para a interpretação de dados e a transformação de números em indicadores mais próximos da realidade.

Expediente

Equipe de relatoria:

Prof. Dr. André Pires (PROEXT/PUC-Campinas)

Prof. Me. Fabiano Ormanzeze (Faculdade de Jornalismo - PUC-Campinas)

Gisleide Abreu (Vigilância Socioassistencial - Prefeitura Municipal de Campinas)

Beth Rossin (Vigilância Socioassistencial - Prefeitura Municipal de Campinas)

Profa. Dra. Vera Lúcia dos Santos Plácido (Faculdade de Geografia - PUC-Campinas)

Camila Areias Falcão (Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle – Prefeitura Municipal de Campinas)

Prof. Me. Pedro de Miranda Costa (Faculdade de Ciências Econômicas – PUC-Campinas)

Camila Areias Falcão (Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle – Prefeitura Municipal de Campinas)

Profa. Dra. Eliane Navarro Rosandiski (Faculdade de Ciências Econômicas – PUC-Campinas)

Cesar Pereira (Programa Juventude Conectada – Prefeitura Municipal de Campinas)

Prof. Me. Luis Alexandre Amaral Pereira (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – PUC-Campinas)

Zuleika Carneiro (Proteção Social Básica - Prefeitura Municipal de Campinas)